

# INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

## PARTE A – PREÂMBULO

### I. Regência legal:

Lei Estadual nº 9.433/05, **Decreto 19.896/2020**, Lei Complementar nº 123/06 e legislação pertinente.

### II. Órgão/entidade e setor:

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC**

### III. Número de ordem:

(  ) Pregão eletrônico

**Nº 031/2021**

### IV. Tipo de licitação:

(  ) Por item  
(  ) Por lote UNICO

(  ) ID BANCO DO BRASIL Nº 877021

### V. Finalidade da licitação/objeto:

Aquisição de **Switch e HD**, conforme quantidades e condições constantes do Termo de Referência e do Anexo I – Proposta de Preços.

**VI. Processo administrativo nº: SEI Nº 073.6798.2021.0005279-28 Pregão Eletrônico Nº 0031/2021**

### VII. Pressupostos para Participação (apresentação facultativa ou obrigatória do CRC/CRS):

(  ) Serão admitidos a participar desta licitação os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste instrumento e nos seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, e que tenham realizado seu credenciamento como *usuário* junto ao Banco do Brasil, para a obtenção de chave de identificação ou senha individual.

#### Obs. Regras acerca da participação de matriz e filial

Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;

A comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;

Se a licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação da matriz e desejar executar o contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

### VIII. Forma de fornecimento:

**ENTREGA ÚNICA**

A entrega dos bens, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho, **será de 20 (vinte) dias, conforme fixado no Termo de Referência**, admitindo-se a prorrogação do prazo nos termos dos arts. 141 e 142 da Lei Estadual 9.433/05. (Aquisições)

### IX. Prazo do contrato:

**IX.1. (  )** conforme o prazo de fornecimento dos bens fixado no Termo de Referência, definidas na PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS, ainda que a licitante, em sua proposta, consigne prazo maior ou que não o estipule.

### X. Site, data e horário (Brasília-DF) para recebimento de propostas e início da sessão pública:

Site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) **TEMPO DE DISPUTA: 10 MINUTOS MODO DE DISPUTA ABERTO**

Recebimento das propostas: Das 09:00 horas do dia 06/07/2021 às 09:00 horas do dia 13/07/2021

Início da sessão pública: às 09:15 horas do dia 13/07/2021

### XI. Dotação orçamentária:

Unidade Orçamentária:	Unidade Gestora:	Projeto/Atividade:	Elemento de despesa:	Destinação de Recurso:	Tipo de Recurso Orçamentário
11304	0001	12.364.306.7867.5700	449052000	0114000000	1

PE 031/2021 - fls. 1



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC**

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16

Tel: Subgerencia de Licitação- SELIC (73) 3680-5755

CEP: 45.662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil

Pregoeiro Emanuel F Neto

E-mail: [neto@uesc.br](mailto:neto@uesc.br) / [selic@uesc.br](mailto:selic@uesc.br)

---

## **XII. Para a habilitação dos interessados, exigem-se os documentos relativos a:**

### **XII-1. Habilitação jurídica**, comprovada mediante a apresentação:

- a) de registro público no caso de empresário individual.
- b) em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- c) no caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- d) decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

---

### **XII-2. Regularidade fiscal (alíneas "a" a "e") e trabalhista (alínea "f")**, mediante a apresentação de:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- b) prova de inscrição no Cadastro de Contribuinte ( X ) Estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante.
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive INSS, nos termos do Decreto Federal nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF.
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

**XII-2.1.** A prova da inscrição a que se referem os itens "a" e "b" será suprida com a apresentação das certidões a que se referem os itens "c" e "d", respectivamente, se estas contiverem o número de inscrição da licitante.

**XII-2.2** As microempresas e empresas de pequeno porte, beneficiárias do tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade **fiscal**, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**XII-2.2.1** Nesta hipótese, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**XII-2.2.2** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/05, especialmente a definida no art. 192, inc. I.

---

### **XII-3. Qualificação Técnica**, comprovada através de:

- a) comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
- b) declaração do licitante de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme modelo constante do **Anexo V**.

---

### **XII-4. Qualificação econômico-financeira:**

( X ) não exigível em face do pequeno porte da contratação (na modalidade convite e pregão nesta faixa de valor).

---

### **XII-5. Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor**

Conforme o inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual nº 9.433/05, deverá ser apresentada declaração quanto ao trabalho do menor, conforme modelo constante do **Anexo III** deste Instrumento.

---

## **XIII. Codificação no Certificado de Registro – SAEB: Família: 70.10; 7025**

---

## **XIV. Documentos passíveis de substituição pelo extrato do Certificado de Registro:**

PE 031/2021 - fls. 2



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC**

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16

Tel: Subgerencia de Licitação- SELIC (73) 3680-5755

CEP: 45.662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil

Pregoeiro Emanuel F Neto

E-mail: neto@uesc.br / selic@uesc.br

A licitação se processa **com** a utilização do **SIMPAS**:

XIV. 1 (  ) À opção do licitante, o **Certificado de Registro Cadastral-CRS ou CRC**, estando dentro do prazo de validade, poderá substituir os documentos relativos à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e à Declaração de Proteção ao Trabalho do Menor, desde que colocado junto aos demais documentos de habilitação, ficando esclarecido que, caso exista algum documento vencido, o licitante deverá apresentar a versão atualizada do referido documento junto com os demais documentos de habilitação. **(Pregão abaixo da faixa de convite)**. Quando solicitado pelo Pregoeiro a licitante deverá apresentar o Contrato Social.

**XV. Garantia do contrato:**

(  ) não exigível

(  ) Por ocasião da assinatura do contrato, a empresa vencedora do certame deverá prestar garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por uma das modalidades previstas no §1º do art. 136 da Lei Estadual nº 9.433/05, ficando esclarecido que a garantia deverá ter seu valor atualizado nas mesmas condições do contrato

**XVI. Local, horário e responsável pelos esclarecimentos sobre este instrumento:**

Servidor responsável e portaria de designação:	<b>PREGOEIRO: Emanuel Francisco Neto</b> PORTARIA Nº 126, DE 17-02-2020, PUBLICADA NO DOE DE 18-02-2020				
Rodovia BR 415, Ilhéus / Itabuna, Km 16, Bairro Salobrinho, Ilhéus (BA).					
Horário:	8:00 às 16:00	Tel.:	Trabalho remoto – contato exclusivo por	E-mail:	<a href="mailto:neto@uesc.br">neto@uesc.br</a>

**XVII. Índice de anexos:**

- () I. Modelo de Proposta de Preços (especificações do objeto);
- () II. Modelo de Procuração para a Prática de Atos Concernentes ao Certame
- () III. Modelo de Declaração da Proteção ao Trabalho do Menor;
- () IV- Minuta do Contrato
- () V- Modelo de Declaração de Conhecimento e Enquadramento
- () VI. Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta
- () VII. Orçamento Detalhado em Planilha Elaborado pela Fase Interna

**PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DESTE CERTAME**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**SEIBA Nº 073.6798.2021.0005279-28 TR DOC. 00061582001**

**1 – OBJETO**

Aquisição de Equipamentos de Informática - SWITCH POE e HDS.

**2 – JUSTIFICATIVA**

A pretendida contratação visa prover equipamentos como SWITCH POE e HDS. A aquisição refere-se a bens permanentes e de uso diário para as atividades administrativas e acadêmicas, sendo mecanismo fundamental ao cumprimento de suas competências. Vale ressaltar que se trata de objeto cuja necessidade de contratação é frequente, seja em face do desgaste natural decorrente do uso dessas máquinas, seja por conta da necessidade do aumento do número de equipamentos existentes. Considerando a imensa importância do uso de computadores modernos pelas diversas áreas de atuação, de modo a minimizar riscos de paralisação ou redução da continuidade de atividades, bem como propiciar condições ideais de reaparelhamento do parque computacional existente, de forma a manter contínua, eficiente e com desempenho de qualidade os serviços prestados, é que se propõe o objeto da presente contratação para atender as inúmeras demandas. Cumpre ressaltar, ainda, que a contratação faz parte das ações estratégicas em levantamento feito pela área de TI.

PE 031/2021 - fls. 3



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC**

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16  
Tel: Subgerencia de Licitação- SELIC (73) 3680-5755  
CEP: 45.662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil  
Pregoeiro Emanuel F Neto  
E-mail: [neto@uesc.br](mailto:neto@uesc.br) / [selic@uesc.br](mailto:selic@uesc.br)

### 3 – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS / QUANTITATIVO

**Consultar Anexo I Do Edital Para Elaboração De Proposta De Preço.  
Em campo próprio do sistema licitações-e a marca de cada item deve ser informada.**

RM SIMPAS Nº 11.11024/2019

Requisições de materiais nº 1816, 2305, 2337, 2352, 2363, 2369, 2376, 2380, 2382, 2384, 2387, 2395, 2397, 2570, 2592, 2695, 2696, 2724, 2761, 2776.

DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO
<p><b>70.10.09.00006562-5</b> - SWITCH POE, deve possuir no minimo 24 (vinte e quatro) portas 10/100/1000 Base-T com autosensing de velocidade e conectores RJ-45; Deve possuir POE (Power Over Ethernet) em todas as interfaces 10/100/1000 Base-T, padrao 802.3af e 802.3at, ativas simultaneamente; Deve possuir switching fabric de, no mínimo, 48 Gigabits por segundo; Deve possuir capacidade de processamento de, no minimo, 35 milhoes de pacotes por segundo para roteamento IP, utilizando pacotes de 64 bytes; Deve possuir capacidade de armazenar no minimo 8.000 (oito mil) enderecos MAC; Deve ser fornecido com fonte de alimentacao interna para operacao nas tensoes de 100 a 240VAC/60Hz; Deve ser montavel em rack de 19 O equipamento deve possuir capacidade de processamento de, no minimo, 35 milhoes de pacotes por segundo para roteamento IP, utilizando pacotes de 64 bytes; Implementar autenticacao RADIUS com suporte a: RFC 2138 ou RFC 2865 - RADIUS Authentication; RFC 2139 ou RFC 2866 - RADIUS Accounting; A implementacao de RADIUS devem estar disponiveis para autenticacao de usuarios via Telnet, SSH, WEB e Console serial. Implementar Port Mirroring, com suporte a espelhamento de VLANs e interfaces; Deve ser gerenciavel via porta serial de console, Telnet, SNMPv3, HTTPS, HTTP (Web Browser); Implementar 4 filas de prioridade em hardware por porta; Deve implementar IGMP Snooping; Deve implementar, no minimo, 1024 Virtual LANs (VLAN); Deve implementar o protocolo de Multi-Instace Spanning-Tree IEEE 802.1s; Deve implementar Spanning-Tree (padrao 802.1d) e Rapid Spanning Tree (802.1w); O equipamento deve ser capaz de implementar, no minimo, 4 instancias ou dominios de spanning tree simultaneos; Suportar agregacao padrao IEEE 802.3ad; Deve possuir descobrimento automatico da topologia da rede com o fornecimento de informacoes como: nome do switch remoto, porta local do enlace, porta remota do enlace, firmware do switch remoto.</p>	UN	25
<p><b>70.25.00.00112653-9</b> - DISCO, rigido, externo, USB 2.0, HD interno padrao SATA-II 7200 rpm, capacidade 2 TB, com cabo USB e fonte de alimentacao, garantia 1 ano.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Tipo HD Externo.;</li><li>- Interface USB 2.0.;</li><li>- Disco interno padrao SATA-II a 7200 rpm;</li><li>- Capacidade minima de 2 TB (dois terabyte);</li><li>- Tecnologia Plug And Play;</li><li>- Compativel com Windows ME, 2000 e XP e Vista, Linux;</li><li>- Acompanhar fonte de alimentacao.;</li></ul>	UN	3

PE 031/2021 - fls. 4



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC**

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16

Tel: Subgerencia de Licitação- SELIC (73) 3680-5755

CEP: 45.662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil

Pregoeiro Emanuel F Neto

E-mail: neto@uesc.br / selic@uesc.br

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanhar cabo USB 2.0;</li> <li>- Unidade lacrada integrada por um unico fabricante (nao sera aceita combinacao de case externo e HD).;</li> <li>- Garantia minima de 1 ano.</li> </ul>		
<p><b>70.25.11.00074740-8</b> - DISCO, rigido, HD externo, padrão SuperSpeed USB 3.0 a 5Gb/s, capacidade 4 TB, com cabo e drivers, garantia 1 ano. Capacidade minima de 4 (quatro) terabytes brutos, Interface porta SuperSpeed USB 3.0, Compativel tambem com as especificacoes USB 2.0, Plug and play, Dispor de LED indicativo de funcionamento, Taxa de transferencia de ate 5 Gb/s, Devem acompanhar: cabo USB 3.0, driver para Sistema Operacional, manual / guia de instalação / guia de operação; O produto deve ser integrado por um unico fabricante original nao sendo aceitas solucoes baseadas em PC e software, Deve ser indicado no site do fabricante o modelo proposto para efeito de comprovacao das caracteristicas exigidas, Unidade lacrada integrada por um unico fabricante (nao sera aceita combinacao de case externo e HD), Compativel com os seguintes sistemas operacionais: Windows 8, Windows 7, Windows Vista e Windows XP SP3 (32-bit e 64-bit); Garantia integral por 1 ano.</p>	UN	13
<p><b>70.25.00.00161474-6</b> - DISCO, rigido, HD externo, portatil, interface interna SATA, 1 TB de capacidade de armazenamento, interface externa USB 2.0, compativel com USB 1.1, plug and play, para uso com Windows, Linux e MAC - Alimentacao atraves de USB, sem uso de eliminador. As seguintes informacoes deverao ser impressas pelo fabricante, diretamente na embalagem em que o produto esta acondicionado: nome/CNPJ do fabricante, site, nome do produto, data de fabricacao e validade, numero do lote, composicao, peso, endereco, telefone de contato, modo de usar e precaucoes no uso do produto.</p>	UN	6
<p><b>70.25.19.00106089-9</b> - DISCO, rigido, HD externo, portatil, interface interna SATA, 2 TB de capacidade de armazenamento, interface externa USB 2.0, compativel com USB 1.1, plug and play, para uso com Windows, Linux e MAC - Alimentacao atraves de USB, sem uso de eliminador.</p>	UN	22
<p><b>70.25.11.00028733-4</b> - SWITCH, de 24 portas POE</p> <p>Caracteristicas fisicas</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Deve ser fornecido com 24 (vinte e quatro) portas 10/100/1000BaseT com autosensing de velocidade, conector RJ-45.</li> <li>- Deve prover alimentacao PoE em todas as portas, conforme o padrao IEEE 802.3at, fornecendo 370W de potencia exclusiva PoE, para todas as portas simultaneamente, com ate 30W em cada porta.</li> <li>- Deve ser fornecido com 4 (quatro) portas SFP padrao mini-GBIC, aceitando modulos 1000 Base SX e 1000 Base LX. Nao admite-se que estas portas sejam do tipo COMBO com as portas Gigabit anteriores.</li> <li>- Todas as portas Ethernet 10/100/1000 devem suportar auto configuracao de crossover (Auto MDIX).</li> <li>- Deve possuir LEDs para a indicacao do status da porta, atividade, duplex e velocidade selecionada.</li> <li>- Equipamento tipo switch gigabit ethernet com capacidade de operacao em camada 2+ do modelo OSI.</li> <li>- Deve possuir 28 portas ativas simultaneamente.</li> <li>- Deve possuir taxa de encaminhamento de pacotes de pelo menos 41.7 mpps.</li> <li>- Deve possuir porta de console para total gerenciamento local, com conector RS-232 ou RJ-45.</li> <li>- Deve suportar empilhamento de, no minimo 4 unidades, formando uma unica unidade logica atraves de modulo especifico e cabeamento proprio, fornecido pelo mesmo fabricante da solucao. Nao serao aceitos outros tipos de empilhamentos tais como "cascateamento" ou utilizacao de portas uplink.</li> <li>- Deve possuir Qualidade de servico (QoS).</li> <li>- Deve suportar diferenciacao de QoS por VLAN.</li> <li>- Deve permitir Classificacao, Marcacao e Remarcacao baseadas em CoS (Class of Service - nivel 2) e DSCP (Differentiated Services Code Point - nivel 3), conforme definicoes do IETF (Internet Engineering Task Force).</li> <li>- Deve implementar IPv6.</li> </ul>	UN	1



<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deve permitir a configuracao de enderecos IPv6 para gerenciamento</li> <li>- Deve suportar o padrao IEEE 802.3x para controle de fluxo.</li> <li>- Deve permitir configuracao/administracao remota atraves de SSH e SNMPv3.</li> <li>- Deve possuir suporte a MIB II, conforme RFC 1213.</li> <li>- Deve implementar a MIB privativa que forneca informacoes relativas ao funcionamento do equipamento.</li> <li>- Deve possuir descricao completa da MIB implementada no equipamento, inclusive a extensao privativa.</li> <li>- Deve possibilitar a obtencao da configuracao do equipamento atraves do protocolo SNMP.</li> <li>- Deve possuir armazenamento interno das mensagens de log geradas pelo equipamento de no minimo 2048 bytes.</li> <li>- Deve possibilitar a obtencao via SNMP de informacoes de capacidade e desempenho da CPU, memoria e portas.</li> <li>- Deve permitir o controle da geracao de traps por porta, possibilitando restringir a geracao de traps a portas especificas.</li> <li>- Deve implementar nativamente 4 grupos RMON (History, Statistics, Alarms e Events) conforme RFC 1757. Nao serao aceitos probes externos ao equipamento.</li> <li>- Deve implementar os protocolos LLDP (IEEE 802.1AB) e LLDP-MED, com auto negociacao de energia para PoE.</li> <li>- Deve suportar interface do tipo USB para manipulacao de arquivos e facilidade na operacao on-site.</li> <li>- Deve possuir, no minimo, 128 (Cento e Vinte e Oito) megabytes de memoria DRAM.</li> <li>- Deve possuir capacidade para pelo menos 8.000 enderecos MAC na tabela de comutacao.</li> <li>- Deve possuir funcionalidade que permita o autodescobrimento do equipamento conectado na porta do switch. Apos este descobrimento, o switch deve aplicar sem intervencao humana as regras na porta (VLAN, ACL, velocidade) conforme o tipo de equipamento conectado.</li> <li>- O equipamento deve permitir sua configuracao automatica com base em outro equipamento da rede, sem intervencao humana, permitindo a rapida substituicao do equipamento. Ao ser ligado, o equipamento deve buscar esta configuracao com base em parâmetros de DHCP previamente definidos.</li> <li>- Deve permitir a criacao de pelo menos 3 niveis de administracao e configuracao do switch.</li> <li>- Deve suportar o gerenciamento do consumo de energia dos dispositivos conectados ao switch.</li> <li>- Deve permitir a criacao de pelo menos 8 rotas estaticas, operando em camada 3, permitindo a operacao como um pequeno backbone.</li> <li>- Deve permitir o espelhamento do trafego de uma porta (port mirroring) para outra porta do mesmo switch ou de um switch remoto dentro da rede.</li> <li>- Deve possuir jumbo frame de 9000 bytes.</li> <li>- Deve possuir IGMP snooping para IPv4 e IPv6.</li> <li>- Deve ser fornecido com capacidade instalada para operar em conformidade com o padrao IEEE 802.1Q para criacao de redes virtuais e deve permitir a criacao de no minimo 255 ID VLANs.</li> <li>- Deve possuir priorizacao de trafego IEEE 802.1p.</li> <li>- Deve possuir 4 filas em cada porta. Estas portas devem implementar os seguintes algoritmos de processamento de filas: Prioridade Estrita e Shaped Round Robin (SRR);</li> <li>- Deve implementar Weighted Tail Drop (WTD) como mecanismo de prevencao de congestionamento;</li> <li>- Deve possuir autenticao IEEE 802.1x com as seguintes extensoes: assinalamento de VLAN por usuario e Guest VLAN para usuarios nao autenticados. Para usuarios sem cliente IEEE 802.1x instalado, deve possuir um portal Web para autenticao.</li> <li>- Deve possuir autenticao IEEE 802.1x de multiplos usuarios por porta, para o caso de links com switches nao gerenciaveis. Apenas o trafego dos usuarios que se autenticarem sera permitido.</li> </ul>		
---	--	--



<ul style="list-style-type: none"> <li>- Deve permitir configurar quantos endereços MAC podem ser aprendidos em uma porta (port security), e permitir configurar qual ação será tomada quando esta regra for quebrada, alertar ou desativar a porta.</li> <li>- Deve ser compatível com solução de NAC do mesmo fabricante do equipamento proposto.</li> <li>- Deve implementar autenticação de administradores através do protocolo RADIUS;</li> <li>- Deve permitir autenticação através de endereço MAC da estação.</li> <li>- Permitir o uso de 4000 ID de VLANs diferentes.</li> <li>- Deve identificar automaticamente portas em que telefones IP estejam conectados e associá-las automaticamente a VLAN de voz.</li> <li>- Deve implementar, no mínimo, 255 vlans simultaneamente.</li> <li>- Deve possuir Spanning Tree padrão IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree) com filtros BPDU, suportando pelo menos 32 instâncias de STP.</li> <li>- Deve permitir spanning tree por VLAN ou similar.</li> <li>- Deve implementar a funcionalidade de portas protegidas ou similar, onde uma determinada porta não recebe o tráfego gerado por outras portas protegidas (unicast, multicast, broadcast).</li> <li>- Deve possuir o protocolo "Network Timing Protocol" (NTP) autenticado para a sincronização do relógio com outros dispositivos.</li> <li>- Deve permitir a configuração de DHCP Relay.</li> <li>- Deve ser fornecido com capacidade instalada para operar em conformidade com o padrão IEEE 802.1AB para descobrimento de uplinks.</li> <li>- Deve permitir o envio de mensagens geradas pelo sistema em servidor externo (syslog).</li> <li>- Deve permitir funcionalidade que bloqueie a quantidade de endereços MAC aprendidos numa determinada porta.</li> <li>- Deve ser fornecido com fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110V ou 220V / 60Hz, consumindo não mais que 40W por equipamento em sua capacidade máxima de operação. Deve ser incluído cabo no padrão brasileiro ou conector 2P+T.</li> <li>- Suportar fonte de alimentação redundante externa, montável em rack, com potência igual ou superior a fonte interna do equipamento. Os dispositivos que utilizam poe (power over ethernet) devem continuar funcionando normalmente através da fonte redundante.</li> <li>- Deve possuir cabo de alimentação para a fonte com, no mínimo, 1,00m (um metro) de comprimento.</li> <li>- Gabinete padrão para montagem em rack de 19. Deve acompanhar todos os acessórios para instalação.</li> <li>- Garantia 36 (trinta e seis) meses on-site.</li> </ul>		
---	--	--

#### 4 – LOCAL DE ENTREGA DO BEM

Almoxarifado central (SEPAT) - Rua Euri Leão, 276 - Manoel Leão, Itabuna – BA, CEP: 45.601-408.

#### 5 – ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO E PRAZO DE ENTREGA

**Entrega imediata** - O prazo de entrega do material **será de (20) dias**, admitindo-se a prorrogação do prazo nos termos dos arts. 141 e 142 da Lei Estadual nº 9.433/05.

#### 6 – FORMA DE PAGAMENTO

Em consonância com o §5º do art. 6º, combinado com a letra "a" do inc. XI do art. 79 da Lei 9.433/05, o pagamento devido à CONTRATADA será efetuado em parcela única, através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, desde que atestada à nota fiscal pela unidade requisitante, da CONTRATANTE.

#### 7 – ACOMPANHAMENTO



**REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO**, para o recebimento:  
Servidor: Ariosvaldo de Oliveira Rocha [sepat@uesc.br](mailto:sepat@uesc.br) – Telefone – (73) 3214-0807

**REPRESENTANTE DA ADMINISTRAÇÃO**, para acompanhamento, fiscalização e parecer técnico:  
Servidor: Erick Barcellos Santos da Cruz [udo@uesc.br](mailto:udo@uesc.br) – Telefone – (73) 3680-5189

## 8 – CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE

O recebimento provisório se dará com a simples conferência física do aparelho e o recebimento definitivo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento provisório, com o teste a fim de verificar se o mesmo está funcionando corretamente. Caso algum item apresente defeito o fornecedor deverá efetuar a troca do mesmo em até 15 (quinze) dias, a contar da notificação, sem ônus adicional para UESC.

## 9 – DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

**Garantia:** Os equipamentos devem possuir garantia de pelo menos 03 (três) anos com suporte on site. **Condições Gerais** Todos os equipamentos a serem entregues, dentro de seus respectivos grupos, deverão ser idênticos. Caso o componente não mais se encontre disponível no mercado, admitem-se substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores pelo mesmo preço. Todas as peças e componentes do equipamento deverão ser novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e estar na linha de produção dos respectivos fabricantes. Todos os cabos e conectores necessários ao funcionamento dos equipamentos deverão ser fornecidos. Deverão ser entregues todos os drivers e manuais necessários à sua instalação bem como a de seus componentes, possibilitando a restauração da configuração original de fábrica do equipamento.

**Lília Marta Brandão S. Modesto, Diretora**

Responsáveis pela assinatura do Termo de Referência ajustado

## 2. DETERMINAÇÕES ADICIONAIS:

Além das determinações contidas na **PARTE C – DISPOSIÇÕES GERAIS**, bem como daquelas decorrentes de lei, deverão ser observados os seguintes itens neste instrumento convocatório:

**2.1** É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da contratada, não se responsabilizando o contratante por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

**2.2** Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até quinze dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias, em conformidade com o inc. II do art. 82 da Lei nº 9.433/05.

**2.3** Tratando-se de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

## 3. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS ESPECÍFICAS:

**3.1** A contratação com o licitante vencedor obedecerá as condições do instrumento de contrato constante do **Anexo IV**, facultada a substituição, a critério da Administração, por instrumento equivalente, desde que presentes as condições do art. 132 da Lei Estadual nº 9.433/05.

**3.2** Além das determinações contidas na minuta de contrato, bem como daquelas decorrentes de lei, serão observadas na contratação derivada deste instrumento convocatório as seguintes cláusulas:

3.2.1 O Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Administração, implantou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), um sistema que permite ao Fornecedor Cadastrado tramitar documentos licitatórios e proceder à assinatura de contratos eletronicamente. Para fins de empenho, a empresa licitante vencedora do certame deverá estar devidamente cadastrada junto a Sistema Eletrônico de Informações (SEI), para o fornecimento do(s) bem (ns) ou prestação do(s) serviço(s), objeto(s) deste Edital, sob pena de resolução do contrato."

**3.2.2 Deverá a CONTRATADA providenciar o cadastramento de seu representante legal ou procurador no site [www.comprasnet.ba.gov.br](http://www.comprasnet.ba.gov.br), para a prática de atos através do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.** Para fins de empenho/contratação, a empresa licitante vencedora do certame deverá estar devidamente cadastrada junto a Secretaria de Administração do Estado da





Bahia (SAEB) para o fornecimento do(s) bem (ns) ou prestação do(s) serviço(s), objeto(s) deste Edital, sob pena de resolução do contrato."

3.2.3 Na hipótese da Licitante Vencedora **não está cadastrada no portal [www.comprasnetba.com.br](http://www.comprasnetba.com.br)** ou com o cadastro CRC/CRS na situação cancelado, desatualizado, vencido, **deverá a CONTRATADA providenciar a regularidade/atualização do seu cadastro.**

## PARTE C – DISPOSIÇÕES GERAIS

### 1. OBJETO

1.1 O presente procedimento tem por escopo o objeto descrito na **PARTE A – PREÂMBULO**, no qual se encontram prescritas, entre outras informações: o órgão/entidade licitante, a modalidade licitatória, o tipo de licitação, os pressupostos de participação, o regime de execução ou forma de fornecimento, o prazo do contrato, o local, data e horário para início da sessão pública, a dotação orçamentária, os requisitos de habilitação.

1.2 As condições da licitação estão descritas na **PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS**, deste Instrumento.

1.3 São partes indissociáveis deste instrumento os anexos descritos na **PARTE A – PREÂMBULO**.

1.4 O objeto a ser licitado encontra-se descrito no ANEXO I deste Edital.

### 2. PRESSUPOSTOS PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Os pressupostos para participação nesta licitação estão indicados no **item VII do preâmbulo**.

#### **Obs. Regras acerca da participação de matriz e filial**

Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;

Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles que a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da matriz;

A comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação poderá ser feita em nome da matriz ou da filial;

Se a licitante participar do certame apresentando os documentos de habilitação da matriz e desejar executar o contrato pela filial, ou vice-versa, deverá fazer prova, por ocasião da assinatura do contrato, da regularidade do estabelecimento que executará o objeto licitado, a qual deverá ser mantida durante todo o curso da avença.

2.2 O Certificado de Registro, quando exigível, deverá conter a codificação especificada no **item XIII do preâmbulo**.

2.3 Não serão admitidas empresas em consórcio, nem as que estejam suspensas temporariamente de participar e de licitar com a Administração Pública ou as declaradas inidôneas, na forma dos incisos II e III do art. 186 da Lei Estadual nº 9.433/95.

2.4 Em consonância com o art. 200 da Lei Estadual nº 9.433/95, fica impedida de participar desta licitação e de contratar com a Administração Pública a pessoa jurídica constituída por membros de sociedade que, em data anterior à sua criação, haja sofrido penalidade de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração ou tenha sido declarada inidônea para licitar e contratar e que tenha objeto similar ao da empresa punida.

2.5 É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais, conforme o art. 125 da Lei Estadual nº 9.433/95.

2.6 É defeso ao servidor público transacionar com o Estado quando participar de gerência ou administração de empresa privada, de sociedade civil ou exercer comércio, na forma do inc. XI do art. 176 da Lei Estadual nº 6.677/94.

2.7 Consoante o art. 18 da Lei Estadual nº 9.433/05, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários os demais agentes públicos, assim definidos no art. 207 do mesmo diploma, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.



### 3. REGÊNCIA LEGAL DA LICITAÇÃO

Esta licitação obedecerá, integralmente, as disposições da Lei Estadual nº 9.433/05, alterada pela Lei Estadual nº 9.658/05, a Lei Complementar nº 123/06 e a Lei Federal nº 8.666/93, no que for pertinente.

### 4. CREDENCIAMENTO

4.1 Como condição específica para participação do pregão por meio eletrônico é necessário, previamente, o credenciamento de usuário pelos licitantes, que será realizado através do Banco do Brasil, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis após a formalização do pedido e entrega da documentação necessária.

4.2 O credenciamento se dará através da atribuição de chave de identificação e/ou senha individual.

4.3 O credenciamento do usuário será pessoal e intransferível para acesso ao sistema, sendo o mesmo responsável por todos os atos praticados nos limites de suas atribuições e competências.

4.4 O credenciamento do usuário implica em sua responsabilidade legal e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão.

4.5 As informações e esclarecimentos acerca do credenciamento devem ser obtidos junto ao pregoeiro designado.

### 5. DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇO E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

#### 5.1 RITO DO PROCEDIMENTO ELETRONICO QUANTO À FORMA E VALIDADE

5.1.1 Em campo próprio do sistema eletrônico terão lugar **o Formulário Eletrônico** para a oferta de preços do lote Único. **É vedada a Identificação do Proponente quando do registro e anexo de sua proposta inicial**, sob pena de **INADIMISSIBILIDADE** de Proposta.

**5.1.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br), em campo próprio concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, a PROPOSTA com a descrição do objeto ofertado, até a data e o horário estabelecidos no item X do preâmbulo para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.**

5.1.3 O licitante deverá declarar a MARCA para cada item, em campo próprio do sistema eletrônico. Nos casos em que a marca idêntica a Proponente, deve-se colocar a expressão "marca própria" ou "marca do fabricante".

5.1.4 Serão consideradas irregulares e desclassificadas, de logo, as propostas que não contenham a MARCA do item ofertado, e que não atendam as determinações adicionais contidas na Parte B deste Preâmbulo.

**5.1.4.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.**

5.1.5 As propostas de preços iniciais recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições estabelecidas no edital, serão classificadas para a etapa de lances.

5.1.6 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento da Etapa de lances.

5.2. O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes da PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS, bem como em consonância com o modelo do **Anexo I**, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, em duas casas decimais, ficando esclarecido que não será admitida proposta alternativa.

5.2.1 Ocorrendo divergência entre o preço por item em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último.

5.2.2 A proposta apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para o fiel cumprimento do objeto desta licitação, inclusive todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da contratada, como também

PE 031/2021 - fls. 10



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC**

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16

Tel: Subgerencia de Licitação- SELIC (73) 3680-5755

CEP: 45.662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil

Pregoeiro Emanuel F Neto

E-mail: [neto@uesc.br](mailto:neto@uesc.br) / [selic@uesc.br](mailto:selic@uesc.br)

fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela contratada das obrigações.

5.2.3 Os preços cotados deverão ser referidos à data de recebimento das propostas, considerando a condição de pagamento à vista, não devendo, por isso, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

5.2.4 A proposta de preços terá prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data fixada no item X do preâmbulo para início da sessão pública, facultado, porém, aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

5.2.5 Não será permitida previsão de sinal, ou qualquer outra forma de antecipação de pagamento na formulação das propostas, devendo ser desclassificada, de imediato, a proponente que assim o fizer.

5.2.6 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste instrumento, nem propostas com preço global ou unitário simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado acrescido dos respectivos encargos.

5.2.7 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às condições e exigências deste Instrumento ou que consignarem valor global superior aos praticados no mercado ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

5.2.8 A formulação da proposta implica para o proponente a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, tornando-o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados.

5.3. Para a habilitação dos interessados na licitação, exigir-se-ão, exclusivamente, os documentos mencionados no **item XII do preâmbulo, que deverão ser anexados em campo próprio do Sistema eletrônico licitações-e.**

5.3.1 **Para comprovação de regularidade de habilitação para este certame, em campo próprio do sistema licitações-e, a licitante deve anexar todas as documentações exigidas que comprove a sua situação de regularidade, observando o prazo, data e horário previsto no Item X do Preâmbulo.**

5.3.2 O Pregoeiro terá acesso às documentações previamente apresentadas, após o encerramento da Etapa de lances, momento em que se dará ao exame e julgamento da conformidade das documentações apresentadas.

## **6. ETAPA COMPETITIVA DE LANCES ELETRÔNICOS**

**6.1 Esta licitação será processada no MODO DE DISPUTA ABERTO nos termos do art. 23 do Decreto Estadual nº 19.896, de 5 de agosto de 2020.**

6.2 A SALA DA DISPUTA DE LANCES será aberta a partir do horário previsto no item X do preâmbulo para início da sessão pública do pregão eletrônico. Iniciada a sessão pública do pregão eletrônico, não cabe desistência da proposta.

6.2.1 Aberta a etapa competitiva de lances, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado, do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor, automaticamente pelo sistema.

6.2.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando **o degrau de valor fixado no Anexo VII** e as regras de aceitação dos mesmos estabelecidas no modelo disputa aberto fixado neste Instrumento Convocatório.

6.2.3 Não serão registrados, para o mesmo item, 02 (dois) ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.



6.2.4 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, **vedada a identificação do detentor do lance.**

6.2.5 A sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.2.5.1 A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o *caput* deste artigo, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.2.5.2 Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no subitem 6.2.5.1 acima, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.2.5.3 Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no subitem 6.2.5 acima, o pregoeiro poderá admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

6.2.6 Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda todas as condições deste Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado para a contratação e dentro da realidade do mercado.

6.2.7 Em caso de empate ficto, será assegurado, nos termos da Lei complementar nº 123/06, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte beneficiário do regime diferenciado e favorecido, nos termos que se seguem:

6.2.7.1 Entendem-se por *empate ficto* as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.2.7.2 Nesta hipótese, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado, desde que seja comprovada a habilitada para o objeto deste certame.

### **6.3. ENCERRAMENTO DA ETAPA DE LANCES DA SESSÃO PÚBLICA**

6.3.1 O Pregoeiro anunciará, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública se o valor arrematado está ou não condizente com o mercado e dentro do estimado, ou, quando for o caso, o valor a ser considerado para a negociação de preço.

6.3.2 Na Fase de Negociação, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.3.2.1 Na situação prevista no item anterior, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes e a Proposta negociada, poderá ser enviada por E-mail.

6.3.3 O licitante melhor classificado deve manifestar no sistema eletrônico o aceite ou não do valor da contraproposta, **no prazo de 3 (três) horas do encerramento da disputa, ficando este prazo** estipulado para apresentar a proposta de preço negociada, ou quando couber, proposta realinhada ao que foi inicialmente ofertado, com o encaminhamento feito por e-mail.

6.3.3.1 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta, para os casos de emissão de parecer técnico, quando couber.

6.3.4. Se a oferta de menor valor não for aceitável na negociação, ou se o licitante desatender às exigências edilícias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda às condições estabelecidas no edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor



6.3.5 Se a oferta de menor preço arrematado estiver dentro valor condizente ao estimado e alinhada os preços unitários do edital e toda documentação de habilitação, previamente comprovada em formulário próprio, a proponente será declarada vencedora.

6.3.5.1 Para a contratação, será observada, em caso de negociação, proposta de preços readequada ao que foi ofertado no lance eletrônico e realinhado ao preço referencial, a não aceitação dessa condição implicará na desclassificação da Proposta.

6.3.6. Na eventual existência de restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte sujeitas ao regime da Lei Complementar nº 123/06 não implica a inabilitação automática da licitante, quando esta for a detentora da melhor oferta.

6.3.7 No caso previsto do item anterior, para a regularização da documentação a ME e EPP deve encaminhar via endereçamento eletrônico,(via e-mail) dentro do prazo estabelecido de cinco dias as documentações fiscais em condição regular. Findado o prazo, sem a apresentação dessas documentações, **implicará na inabilitação** da proponente para este certame.

6.3.8 Constatado que o proponente da melhor oferta aceitável atende às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

6.3.9 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e das informações relativas à sessão pública do pregão deverão constar da ata divulgada no sistema, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na lei.

6.3.10 Os atos essenciais do pregão eletrônico serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos da legislação pertinente.

## **7. RECURSOS**

7.1 Declarado o vencedor, ao final da sessão, qualquer licitante poderá manifestar, motivadamente, no prazo de até 10 (dez) minutos, a intenção de recorrer da decisão do pregoeiro, com o registro da síntese das suas razões em ata, sendo que a falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito de recurso e, conseqüentemente, na adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

7.2 Manifestada a intenção de recorrer, por qualquer dos licitantes, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, que deverá ser formulado em documento próprio no sistema eletrônico, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões, se quiserem, em igual prazo, cuja contagem terá início no primeiro dia útil subsequente ao do término do prazo do recorrente.

7.3 O exame, a instrução e o encaminhamento dos recursos à autoridade superior do órgão ou entidade promotora da licitação, será realizado pelo pregoeiro no prazo de até 03 (três) dias úteis.

7.4 A autoridade superior do órgão promotor do pregão terá o prazo de até 03 (três) dias úteis para decidir o recurso.

7.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

## **8. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

8.1 Não havendo recurso, o pregoeiro adjudicará o objeto da licitação à proponente vencedora, para posterior homologação do resultado pela autoridade superior.

8.2 Decididos os recursos eventualmente interpostos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade superior adjudicará o objeto licitado ao licitante vencedor, homologando, em seguida, o procedimento licitatório.

8.3 A homologação e a adjudicação do objeto desta licitação não implicará direito à contratação.

## **9. CONTRATAÇÃO**



9.1 O adjudicatário será convocado a assinar o termo de contrato, ou instrumento equivalente, se for o caso, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no inciso I do art. 192 da Lei Estadual 9.433/05, podendo solicitar sua prorrogação por igual período, por motivo justo e aceito pela Administração.

9.1.1 Às microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias do regime diferenciado e favorecido da Lei Complementar nº 123/06, que se saírem vencedoras do certame e que contem com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

9.1.2 A não-regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/05, especialmente a definida no art. 192, inc. I, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, assegurando-se às microempresas e empresas de pequeno porte em situação de empate o exercício do direito de preferência.

9.1.3 Na hipótese da não-contratação da microempresas e empresas de pequeno porte, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.2 Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter todas as condições de habilitação.

9.3 Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, é facultado à Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação pertinente, examinar e verificar a aceitabilidade das propostas subsequentes, na ordem de classificação, bem como o atendimento, pelo licitante, das condições de habilitação, procedendo à contratação.

9.4 A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da empresa ou mandatário com poderes expressos.

9.5 A contratada ficará obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do §1º do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/05.

9.6 As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

9.7 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

## **10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

10.1 Em consonância com o §5º do art. 6º, combinado com a letra "a" do inc. XI do art. 79 da Lei 9.433/05, os pagamentos devidos à contratada serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da entrega do objeto.

10.1.1 As situações a que alude o art. 228-B do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.284/97, sujeitar-se-ão, nas hipóteses previstas, à emissão de nota fiscal eletrônica.

10.2 Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da contratada.

10.3 A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.



## **11. MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO**

11.1 Os preços são fixos e irreeajustáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE.

11.2 A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*.

## **12. FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

12.1 Competirá à Contratante proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante não eximirá à Contratada de total responsabilidade na execução do contrato.

12.2 O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação da UESC, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

12.3 O recebimento definitivo de obras, compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

## **13. PENALIDADES**

13.1 Constituem ilícitos administrativos as condutas previstas nos arts. 184 e 185 da Lei Estadual 9.433/05, sujeitando-se o infratores às cominações legais, especialmente as definidas no art. 186 do mesmo diploma, garantida a prévia e ampla defesa em processo administrativo.

13.2 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

I - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

13.2.1 A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

13.2.2 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada – quando exigida, além da perda desta, a contratada responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à contratada o valor de qualquer multa porventura imposta.

13.2.3 As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

13.3 Será advertido verbalmente o licitante cuja conduta vise perturbar o bom andamento da sessão, podendo essa autoridade determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

13.4 Serão punidos com a pena de suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração os que incorrerem nos ilícitos previstos nos incisos VI e VII do art. 184 e I, IV, VI e VII do art. 185 da Lei Estadual nº 9.433/05.



13.5 Serão punidos com a pena de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade competente para aplicar a punição, os que incorram nos ilícitos previstos nos incisos I a V do art. 184 e II, III e V do art. 185 da Lei Estadual nº 9.433/05.

13.6 Para a aplicação das penalidades previstas serão levados em conta a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos para a Administração Pública e a reincidência na prática do ato.

#### **14. RESCISÃO**

14.1 A inexecução, total ou parcial do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.

14.2 A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito do contratante nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

14.3 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa da contratada, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

#### **15. REVOGAÇÃO – ANULAÇÃO**

A licitação poderá ser revogada ou anulada nos termos do art. 122 da Lei Estadual nº 9.433/05.

#### **16. IMPUGNAÇÕES**

16.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública do pregão, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, cabendo ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de um (1) dia útil.

16.2 Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para realização do certame.

#### **17. DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá o pregoeiro, se necessário, modificar este Edital, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.2 O pregoeiro poderá em qualquer fase da licitação, suspender os trabalhos, procedendo o registro da suspensão e a convocação para a continuidade dos mesmos, bem como promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, desde que não implique em inclusão de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

17.3 O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar falhas meramente formais constantes da documentação e proposta, desde que não comprometam a lisura do procedimento ou contrariem a legislação pertinente.

17.4 Os casos omissos serão dirimidos pelo pregoeiro, com observância da legislação em vigor.

17.5 Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de Ilhéus, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

#### **18. INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS**

As informações e esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação poderão ser prestados no local e horário indicado no **item XVI do preâmbulo** e no portal [WWW.LICITACOES-.COM.BR](http://WWW.LICITACOES-.COM.BR).

Ilhéus, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

**Emanuel Francisco Neto**  
**Pregoeiro**

PE 031/2021 - fls. 16



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC**

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16

Tel: Subgerencia de Licitação- SELIC (73) 3680-5755

CEP: 45.662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil

Pregoeiro Emanuel F Neto

E-mail: [neto@uesc.br](mailto:neto@uesc.br) / [selic@uesc.br](mailto:selic@uesc.br)



# ANEXO I

## MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 031/2021
--	--------------------

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC	<b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>  Nº <b>031/2021</b>	<b>CNPJ Nº</b>
<b>TEL.:</b> <b>NOME/CONTATO:</b>	<b>FAX:</b>	<b>E-MAIL:</b>

### LOTE I

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1.1	70.10.09.00006562-5	SWITCH POE, deve possuir no minimo 24 (vinte e quatro) portas 10/100/1000 Base-T com autosenesing de velocidade e conectores RJ-45; Deve possuir POE (Power Over Ethernet) em todas as interfaces 10/100/1000 Base-T, padrao 802.3af e 802.3at, ativas simultaneamente; Deve possuir switching fabric de, no mínimo, 48 Gigabits por segundo; Deve possuir capacidade de processamento de, no minimo, 35 milhoes de pacotes por segundo para roteamento IP, utilizando pacotes de 64 bytes; Deve possuir capacidade de armazenar no minimo 8.000 (oito mil) enderecos MAC; Deve ser fornecido com fonte de alimentacao interna para operacao nas tensoes de 100 a 240VAC/60Hz; Deve ser montavel em rack de 19 O equipamento deve possuir capacidade de processamento de, no minimo, 35 milhoes de pacotes por segundo para roteamento IP, utilizando pacotes de 64 bytes; Implementar autenticacao RADIUS com suporte a: RFC 2138 ou RFC 2865 - RADIUS Authentication; RFC 2139 ou RFC 2866 - RADIUS Accounting; A implementacao de RADIUS devem estar disponiveis para autenticacao de usuarios via Telnet, SSH, WEB e Console serial. Implementar Port Mirroring, com suporte a espelhamento de VLANs e interfaces; Deve ser gerenciavel via porta serial de console, Telnet, SNMPv3, HTTPS, HTTP (Web Browser); Implementar 4 filas de prioridade em hardware por porta; Deve implementar IGMP Snooping; Deve implementar, no minimo, 1024 Virtual		25 Un		

PE 031/2021 - fls. 17



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC**

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16  
Tel: Subgerencia de Licitação- SELIC (73) 3680-5755  
CEP: 45.662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil  
Pregoeiro Emanuel F Neto  
E-mail: neto@uesc.br / selic@uesc.br

		LANs (VLAN); Deve implementar o protocolo de Multi-Instance Spanning-Tree IEEE 802.1s; Deve implementar Spanning-Tree (padrao 802.1d) e Rapid Spanning Tree (802.1w); O equipamento deve ser capaz de implementar, no minimo, 4 instancias ou dominios de spanning tree simultaneos; Suportar agregacao padrao IEEE 802.3ad; Deve possuir descobrimento automatico da topologia da rede com o fornecimento de informacoes como: nome do switch remoto, porta local do enlace, porta remota do enlace, firmware do switch remoto.			
<b>1.2</b>	70.25.11.00028733-4	SWITCH, de 24 portas POE Caracteristicas fisicas - Deve ser fornecido com 24 (vinte e quatro) portas 10/100/1000BaseT com autosensing de velocidade, conector RJ-45. - Deve prover alimentacao PoE em todas as portas, conforme o padrao IEEE 802.3at, fornecendo 370W de potencia exclusiva PoE, para todas as portas simultaneamente, com ate 30W em cada porta. - Deve ser fornecido com 4 (quatro) portas SFP padrao mini-GBIC, aceitando modulos 1000 Base SX e 1000 Base LX. Nao admite-se que estas portas sejam do tipo COMBO com as portas Gigabit anteriores. - Todas as portas Ethernet 10/100/1000 devem suportar auto configuracao de crossover (Auto MDIX). - Deve possuir LEDs para a indicacao do status da porta, atividade, duplex e velocidade selecionada. - Equipamento tipo switch gigabit ethernet com capacidade de operacao em camada 2+ do modelo OSI. - Deve possuir 28 portas ativas simultaneamente. - Deve possuir taxa de encaminhamento de pacotes de pelo menos 41.7 mpps. - Deve possuir porta de console para total gerenciamento local, com conector RS-232 ou RJ-45. - Deve suportar empilhamento de, no minimo 4 unidades, formando uma unica unidade logica atraves de modulo especifico e cabeamento proprio, fornecido pelo mesmo fabricante da solucao. Nao serao aceitos outros tipos de empilhamentos tais como "cascadeamento" ou utilizacao de portas uplink. - Deve possuir Qualidade de servico (QoS). - Deve suportar diferenciacao de QoS por VLAN. - Deve permitir Classificacao, Marcacao e Remarcacao baseadas em CoS (Class of Service - nivel 2) e DSCP		<b>01 Un</b>	



		<p>(Differentiated Services Code Point- nível 3), conforme definições do IETF (Internet Engineering Task Force). - Deve implementar IPv6. - Deve permitir a configuração de endereços IPv6 para gerenciamento - Deve suportar o padrão IEEE 802.3x para controle de fluxo. - Deve permitir configuração/administração remota através de SSH e SNMPv3. - Deve possuir suporte a MIB II, conforme RFC 1213. - Deve implementar a MIB privada que forneça informações relativas ao funcionamento do equipamento. - Deve possuir descrição completa da MIB implementada no equipamento, inclusive a extensão privada. - Deve possibilitar a obtenção da configuração do equipamento através do protocolo SNMP. - Deve possuir armazenamento interno das mensagens de log geradas pelo equipamento de no mínimo 2048 bytes. - Deve possibilitar a obtenção via SNMP de informações de capacidade e desempenho da CPU, memória e portas. - Deve permitir o controle da geração de traps por porta, possibilitando restringir a geração de traps a portas específicas. - Deve implementar nativamente 4 grupos RMON (History, Statistics, Alarms e Events) conforme RFC 1757. Não serão aceitos probes externos ao equipamento. - Deve implementar os protocolos LLDP (IEEE 802.1AB) e LLDP-MED, com auto negociação de energia para PoE. - Deve suportar interface do tipo USB para manipulação de arquivos e facilidade na operação on-site. - Deve possuir, no mínimo, 128 (Cento e Vinte e Oito) megabytes de memória DRAM. - Deve possuir capacidade para pelo menos 8.000 endereços MAC na tabela de comutação. - Deve possuir funcionalidade que permita o autodescobrimento do equipamento conectado na porta do switch. Após este descobrimento, o switch deve aplicar sem intervenção humana as regras na porta (VLAN, ACL, velocidade) conforme o tipo de equipamento conectado. - O equipamento deve permitir sua configuração automática com base em outro equipamento da rede, sem intervenção humana, permitindo a rápida substituição do equipamento. Ao ser ligado, o equipamento deve buscar esta configuração com base em parâmetros de DHCP previamente definidos. - Deve</p>				
--	--	--	--	--	--	--



		<p>permitir a criação de pelo menos 3 níveis de administração e configuração do switch. - Deve suportar o gerenciamento do consumo de energia dos dispositivos conectados ao switch. - Deve permitir a criação de pelo menos 8 rotas estáticas, operando em camada 3, permitindo a operação como um pequeno backbone. - Deve permitir o espelhamento do tráfego de uma porta (port mirroring) para outra porta do mesmo switch ou de um switch remoto dentro da rede. - Deve possuir jumbo frame de 9000 bytes. - Deve possuir IGMP snooping para IPv4 e IPv6. - Deve ser fornecido com capacidade instalada para operar em conformidade com o padrão IEEE 802.1Q para criação de redes virtuais e deve permitir a criação de no mínimo 255 ID VLANs. - Deve possuir priorização de tráfego IEEE 802.1p. - Deve possuir 4 filas em cada porta. Estas portas devem implementar os seguintes algoritmos de processamento de filas: Prioridade Estrita e Shaped Round Robin (SRR); - Deve implementar Weighted Tail Drop (WTD) como mecanismo de prevenção de congestionamento; - Deve possuir autenticação IEEE 802.1x com as seguintes extensões: assinalamento de VLAN por usuário e Guest VLAN para usuários não autenticados. Para usuários sem cliente IEEE 802.1x instalado, deve possuir um portal Web para autenticação. - Deve possuir autenticação IEEE 802.1x de múltiplos usuários por porta, para o caso de links com switches não gerenciáveis. Apenas o tráfego dos usuários que se autenticarem será permitido. - Deve permitir configurar quantos endereços MAC podem ser aprendidos em uma porta (port security), e permitir configurar qual ação será tomada quando esta regra for quebrada, alertar ou desativar a porta. - Deve ser compatível com solução de NAC do mesmo fabricante do equipamento proposto. - Deve implementar autenticação de administradores através do protocolo RADIUS; - Deve permitir autenticação através de endereço MAC da estação. - Permitir o uso de 4000 ID de VLANs diferentes. - Deve identificar automaticamente portas em que telefones IP estejam conectados e associá-las automaticamente a VLAN de voz. - Deve implementar , no mínimo, 255 vlans simultaneamente. -</p>				
--	--	--	--	--	--	--



		<p>Deve possuir Spanning Tree padrao IEEE 802.1w (Rapid Spanning Tree) e IEEE 802.1s (Multiple Spanning Tree) com filtros BPDU, suportando pelo menos 32 instancias de STP. - Deve permitir spanning tree por VLAN ou similar. - Deve implementar a funcionalidade de portas protegidas ou similar, onde uma determinada porta nao recebe o trafego gerado por outras portas protegidas (unicast, multicast, broadcast). - Deve possuir o protocolo "Network Timing Protocol" (NTP) autenticado para a sincronizacao do relógio com outros dispositivos. - Deve permitir a configuracao de DHCP Relay. - Deve ser fornecido com capacidade instalada para operar em conformidade com o padrao IEEE 802.1AB para descobrimento de uplinks. - Deve permitir o envio de mensagens geradas pelo sistema em servidor externo (syslog). - Deve permitir funcionalidade que bloqueie a quantidade de enderecos MAC aprendidos numa determinada porta. - Deve ser fornecido com fonte de alimentacao interna com capacidade para operar em tensoes de 110V ou 220V / 60Hz, consumindo nao mais que 40W por equipamento em sua capacidade maxima de operacao. Deve ser incluido cabo no padrao brasileiro ou conector 2P+T. - Suportar fonte de alimentacao redundante externa, montavel em rack, com potencia igual ou superior a fonte interna do equipamento. Os dispositivos que utilizam poe (power over ethernet) devem continuar funcionando normalmente atraves da fonte redundante. - Deve possuir cabo de alimentacao para a fonte com, no minimo, 1,00m (um metro) de comprimento. - Gabinete padrao para montagem em rack de 19. Deve acompanhar todos os acessorios para instalacao. - Garantia 36 (trinta e seis) meses on-site.</p>				
<b>VALOR TOTAL DO LOTE I .....R\$</b>						
<b><u>LOTE II</u></b>						
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
2.1	70.25.00.00112653-9	DISCO, rigido, externo, USB 2.0, HD interno padrao SATA-II 7200 rpm, capacidade 2 TB, com cabo USB e fonte de alimentacao, garantia 1 ano. - Tipo		03 Un		



		HD Externo.; - Interface USB 2.0.; - Disco interno padrao SATA-II a 7200 rpm; - Capacidade minima de 2 TB (dois terabyte); - Tecnologia Plug And Play; - Compativel com Windows ME, 2000 e XP e Vista, Linux; - Acompanhar fonte de alimentacao.; - Acompanhar cabo USB 2.0; - Unidade lacrada integrada por um unico fabricante (nao sera aceita combinacao de case externo e HD).; - Garantia minima de 1 ano.			
<b>2.2</b>	70.25.00.00161474-6	DISCO, rigido, HD externo, portatil, interface interna SATA, 1 TB de capacidade de armazenamento, interface externa USB 2.0, compativel com USB 1.1, plug and play, para uso com Windows, Linux e MAC - Alimentacao atraves de USB, sem uso de eliminador. As seguintes informacoes deverao ser impressas pelo fabricante, diretamente na embalagem em que o produto esta acondicionado: nome/CNPJ do fabricante, site, nome do produto, data de fabricacao e validade, numero do lote, composicao, peso, endereco, telefone de contato, modo de usar e precaucoes no uso do produto.		<b>06 Un</b>	
<b>2.3</b>	70.25.11.00074740-8	DISCO, rigido, HD externo, padrao SuperSpeed USB 3.0 a 5Gb/s, capacidade 4 TB, com cabo e drivers, garantia 1 ano. Capacidade minima de 4 (quatro) terabytes brutos, Interface porta SuperSpeed USB 3.0, Compativel tambem com as especificacoes USB 2.0, Plug and play, Dispor de LED indicativo de funcionamento, Taxa de transferencia de ate 5 Gb/s, Devem acompanhar: cabo USB 3.0, driver para Sistema Operacional, manual / guia de instalacao / guia de operacao; O produto deve ser integrado por um unico fabricante original nao sendo aceitas solucoes baseadas em PC e software, Deve ser indicado no site do fabricante o modelo proposto para efeito de comprovacao das caracteristicas exigidas, Unidade lacrada integrada por um unico fabricante (nao sera aceita combinacao de case externo e HD), Compativel com os seguintes sistemas operacionais: Windows 8, Windows 7, Windows Vista e Windows XP SP3 (32-bit e 64-bit); Garantia integral por 1 ano.		<b>13 Un</b>	
<b>2.4</b>	70.25.19.00106089-9	DISCO, rigido, HD externo, portatil, interface interna SATA, 2 TB de capacidade de armazenamento, interface externa USB 2.0, compativel com USB 1.1, plug and play, para uso com Windows, Linux e MAC - Alimentacao		<b>22 Un</b>	



		atraves de USB, sem uso de eliminador				
<b>VALOR TOTAL DO LOTE II .....</b>						<b>R\$</b>

Prazo de entrega  
Prazo de validade da proposta: 60 dias

Ilhéus \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

## ANEXO II

### MODELO DE PROCURAÇÃO PARA A PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

<b>Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico</b>	<b>Número 031/2021</b>
--	----------------------------

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à rua ....., nº ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, interpor recursos e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Ilhéus \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

## ANEXO III

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE PROTEÇÃO AO TRABALHO DO MENOR

<b>Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico</b>	<b>Número 0031/2021</b>
--	-----------------------------

Declaramos, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto previsto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, para os fins do disposto no inciso V do art. 98 da Lei Estadual 9.433/05, que não empregamos menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

- ( ) nem menor de 16 anos.  
( ) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Ilhéus \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

\_\_\_\_\_  
RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



# ANEXO IV

## MINUTA DO CONTRATO

<b>Modalidade de Licitação</b> <b>Pregão Eletrônico</b>	<b>Número</b> <b>031/2021</b>
--	----------------------------------

**Contrato de compra e venda que entre si fazem, de um lado, a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC e, de outro, a empresa \_\_\_\_\_, na forma abaixo:**

**A UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - UESC**, autarquia vinculada à Secretaria da Educação do Estado da Bahia, criada pela Lei 6.344, de 05.12.91, e reorganizada pela Lei 6.898, de 18.08.95, com sede e foro na cidade de Ilhéus, na Rodovia BR 415, Ilhéus/Itabuna, Km 16, bairro do Salobrinho, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda sob no 40.738.999/0001-95, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Reitora, Profa. Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro, portadora da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_, expedida pela SSP-\_\_\_\_\_, e inscrita no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliada no município de \_\_\_\_\_, na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, celebra o presente Contrato de compra e venda com a empresa \_\_\_\_\_, com sede no município de \_\_\_\_\_, na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ/MF sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu sócio administrador, Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº \_\_\_\_\_, expedida pela \_\_\_\_\_, e inscrito(a) no CPF/MF sob nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) no município de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), na Rua \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, de acordo com o Processo Licitatório de **Pregão Eletrônico nº 0031/2021**, com amparo na Lei Estadual nº 9.433/2005, mediante as cláusulas e condições seguintes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

Constitui objeto deste contrato a aquisição por parte da CONTRATANTE e a venda por parte da CONTRATADA, **de Switch e HD**, descritos no anexo único deste Contrato conforme especificações constantes da Autorização de Fornecimento de Material – AFM, a ser emitida de acordo com a proposta de preços apresentada na licitação sob a modalidade **Pregão Eletrônico nº 031/2021**, adjudicado conforme parecer devidamente homologado e publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, na edição de ... de ..... de 2021.

§1º A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, na forma dos §1º e 2º do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§2º As supressões poderão ser superiores a 25%, desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

§3º É vedada a subcontratação parcial do objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial do contrato, bem como a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA, não se responsabilizando a CONTRATANTE por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

### CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO

O prazo de entrega dos bens **será de 20 (vinte) dias**, conforme Cláusula Nona, e constará na Autorização de Fornecimento de Material – AFM, a ser emitida, admitindo-se a sua prorrogação nos termos dos arts. 141 e 142 da Lei Estadual 9.433/05.

### CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o preço de R\$ (especificar)

Parágrafo único - Nos preços contratados estão incluídos todos os custos com material de consumo, salários, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal da CONTRATADA, como também fardamento, transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados, depreciação, aluguéis, administração, impostos, taxas, emolumentos





e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento pela CONTRATADA das obrigações.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Orçamentária:	Unidade Gestora:	Projeto/Atividade:	Elemento de despesa:	Destinação de Recurso:	Tipo de Recurso Orçamentário
11304	0001	.12.364.306.7867.5700	44905200	0114000000	1

#### **CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO**

Em consonância com o §5º do art. 6º, combinado com a letra "a" do inc. XI do art. 79 da Lei 9.433/05, os pagamentos devidos à CONTRATADA serão efetuados através de ordem bancária ou crédito em conta corrente, no prazo não superior a 08 (oito) dias úteis, contados da data da entrega do objeto.

§1º As situações a que alude o art. 228-B do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto Estadual nº 6.284/97, sujeitar-se-ão, nas hipóteses previstas, à emissão de nota fiscal eletrônica.

§2º Em havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, o prazo fluirá a partir de sua regularização por parte da CONTRATADA.

§3º A atualização monetária dos pagamentos devidos pela Administração, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*.

§4º Em conformidade com o inc. II do art. 82 da Lei nº 9.433/05, nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até quinze dias contados da data da celebração do ajuste, será dispensada a atualização financeira correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplimento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias.

#### **CLÁUSULA SEXTA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DA PROPOSTA – REAJUSTAMENTO E REVISÃO**

Os preços são fixos e irreeajustáveis durante o transcurso do prazo de 12 meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, será feita mediante a aplicação do INPC/IBGE.

Parágrafo Único - A revisão de preços, nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº 9.433/05, dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou *insuficiente*, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, devendo ser instaurada pela própria administração quando colimar recompor o preço que se tornou *excessivo*.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA, além das determinações contidas na PARTE B – DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS do instrumento convocatório, que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, obriga-se a:

- a) fornecer os bens de acordo com as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e no presente contrato, nos locais determinados, nos dias e nos turnos e horários de expediente da Administração;
- b) zelar pela boa e completa execução do contrato e facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação fiscalizadora dos prepostos designados pela CONTRATANTE, atendendo prontamente às observações e exigências que lhe forem solicitadas;
- c) comunicar à CONTRATANTE qualquer anormalidade que interfira no bom andamento do contrato;
- d) arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à CONTRATANTE e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou

PE 031/2021 - fls. 25



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC**

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16  
Tel: Subgerencia de Licitação- SELIC (73) 3680-5755  
CEP: 45.662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil  
Pregoeiro Emanuel F Neto  
E-mail: neto@uesc.br / selic@uesc.br

interrupção do fornecimento contratado, exceto quando isto ocorrer por exigência da CONTRATANTE ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

e) manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive como condição para pagamento;

f) providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução do contrato;

g) efetuar pontualmente o pagamento de todas as taxas e impostos que incidam ou venham a incidir sobre as suas atividades e, ou sobre a execução do objeto do presente contrato, bem como observar e respeitar as Legislações Federal, Estadual e Municipal, relativas ao objeto do contrato;

h) adimplir os fornecimentos exigidos pelo instrumento convocatório e pelos quais se obriga, visando à perfeita execução deste contrato;

i) promover, por sua conta e risco, o transporte dos bens;

j) executar, quando for o caso, a montagem dos equipamentos, de acordo com as especificações e, ou norma exigida, utilizando ferramentas apropriadas e dispondo de infraestrutura e equipe técnica necessária à sua execução;

k) trocar, às suas expensas, o bem que vier a ser recusado;

l) oferecer garantia e assistência técnica aos bens objeto deste contrato, através de rede autorizada do fabricante, identificando-a;

m) manter, sob sua exclusiva responsabilidade, toda a supervisão, direção e mão de obra para execução completa e eficiente do transporte e montagem dos bens;

n) emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação, contendo descrição dos bens, indicação de sua quantidade, preço unitário e valor total.

## **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

a) fornecer ao contratado os elementos indispensáveis ao cumprimento do contrato, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias da assinatura;

b) realizar o pagamento pela execução do contrato;

c) proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial no prazo legal.

## **CLÁUSULA NONA - FORMA DE FORNECIMENTO**

A forma de fornecimento do presente contrato será a de **entrega única**

## **CLÁUSULA DEZ - FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E RECEBIMENTO DO OBJETO**

Competirá à CONTRATANTE proceder ao acompanhamento da execução do contrato, na forma do art. 154 da Lei Estadual 9.433/05, ficando esclarecido que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá à CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.

§1º O recebimento do objeto se dará segundo o disposto no art. 161 da Lei Estadual 9.433/05, sendo certo que, esgotado o prazo de vencimento do recebimento provisório sem qualquer manifestação da CONTRATANTE, considerar-se-á definitivamente aceito pela Administração o objeto contratual, para todos os efeitos, salvo justificativa escrita fundamentada.

§2º O recebimento definitivo de obras, compras ou serviços, cujo valor do objeto seja superior ao limite estabelecido para a modalidade de convite, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, 03 (três) membros.

§3º Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante recibo.

## **CLÁUSULA ONZE – PENALIDADES**

Sem prejuízo da caracterização dos ilícitos administrativos previstos no art. 185 da Lei Estadual 9.433/05, com as cominações inerentes, a inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará o contratado à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

PE 031/2021 - fls. 26



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC**

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16

Tel: Subgerencia de Licitação- SELIC (73) 3680-5755

CEP: 45.662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil

Pregoeiro Emanuel F Neto

E-mail: neto@uesc.br / selic@uesc.br

I - 10% (dez por cento) sobre o valor deste contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, ou ainda na hipótese de negar-se a CONTRATADA a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado;

III - 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado, por cada dia subsequente ao trigésimo.

§1º A multa a que se refere este item não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na lei.

§2º A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do contratado faltoso, sendo certo que, se o seu valor exceder ao da garantia prestada - quando exigida, além da perda desta, a CONTRATADA responderá pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração ou, ainda, se for o caso, cobrada judicialmente. Acaso não tenha sido exigida garantia, à Administração se reserva o direito de descontar diretamente do pagamento devido à CONTRATADA o valor de qualquer multa porventura imposta.

§3º As multas previstas neste item não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá o Contratado da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

#### **CLÁUSULA DOZE - RESCISÃO**

A inexecução, total ou parcial, do contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.

§1º A rescisão poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE nos casos enumerados nos incisos I a XV, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05.

§2º Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos I e XVI a XX do art. 167 da Lei Estadual nº 9.433/05, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, na forma do § 2º do art. 168 do mesmo diploma.

#### **CLÁUSULA TREZE – VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**

Integra o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no processo licitatório referido no preâmbulo deste instrumento, no convocatório e seus anexos e na proposta do licitante vencedor, apresentada na referida licitação.

#### **CLÁUSULA QUATORZE – DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Ilhéus, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Ilhéus, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

**CONTRATANTE**

**CONTRATADA**

Testemunhas:

1º \_\_\_\_\_ RG:

2º \_\_\_\_\_ RG:

PE 031/2021 - fls. 27



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC**

Campus Prof. Soane Nazaré de Andrade – Rodovia Jorge Amado, Km. 16

Tel: Subgerencia de Licitação- SELIC (73) 3680-5755

CEP: 45.662-900 – Ilhéus – Bahia – Brasil

Pregoeiro Emanuel F Neto

E-mail: neto@uesc.br / selic@uesc.br

## ANEXO V

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E ENQUADRAMENTO

<b>Modalidade de Licitação</b> <b>Pregão Eletrônico</b>	<b>Número</b> <b>031/2021</b>
--	----------------------------------

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório acima identificado, declaramos, para os fins da parte final do inciso IV do art. 101 da Lei Estadual nº 9.433/05, termos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e ainda:

**Para os fins do tratamento diferenciado e favorecido de que cogita a Lei Complementar nº 123/06, declaramos:**

- ( ) Que não possuímos a condição de microempresa, nem a de empresa de pequeno porte.
- ( ) Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de **microempresa** e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.**
- ( ) Que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública, na condição de **empresa de pequeno porte** e que **não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.**

**No que concerne ao conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, declaramos:**

- ( ) para os efeitos do inciso II do art. 120, em face do quanto disposto no inc. V do artigo 184, do mesmo diploma estadual, o **pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação**, cientes das sanções factíveis de serem aplicadas a teor do art. 186 do mesmo diploma.
- ( ) para os efeitos do §1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, **haver restrição** na comprovação da nossa regularidade fiscal, a cuja regularização procederemos no prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento da declaração do vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, cientes de que a não-regularização da documentação, no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/05, especialmente a definida no art. 192, inc. I.

Ilhéus \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

\_\_\_\_\_  
RAZÃO SOCIAL / CNPJ / NOME DO REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA



## ANEXO VI

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO À PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

Modalidade de Licitação Pregão Eletrônico	Número 031/2021
--	--------------------

[**Identificação completa do representante da licitante**], como representante devidamente constituído de [**Identificação completa da licitante**], doravante denominada LICITANTE, para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

**Declaro**, ainda, para os efeitos art. 299 do Código Penal Brasileiro, não estar sujeito às hipóteses de impedimento de participação elencadas nos arts. 18 e 125 da Lei estadual nº 9.433/05, quais sejam:

**Art. 18** - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação, da execução de obras ou serviços e do fornecimento de bens a eles necessários: I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica; II - a empresa responsável, isoladamente ou em consórcio, pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico, subordinado ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação; IV - demais agentes públicos, assim definidos no art. 207 desta Lei, impedidos de contratar com a Administração Pública por vedação constitucional ou legal.

§ 1º - É permitida a participação do autor do projeto ou da empresa, a que se refere o inciso II deste artigo, na licitação ou na execução da obra ou serviço, como consultor ou técnico, nas funções de fiscalização, supervisão ou gerenciamento, exclusivamente a serviço da Administração interessada.

§ 2º - O disposto neste artigo não impede a licitação ou contratação de obra ou serviço que inclua, como encargo do contratado ou pelo preço previamente fixado pela Administração, a elaboração do projeto executivo.

§ 3º - Considera-se participação indireta, para os fins do disposto neste artigo, a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou de parentesco até o 3º grau entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

§ 4º - Aplica-se o disposto no parágrafo anterior aos membros da comissão de licitação.



**Art. 125** - É vedado ao agente político e ao servidor público de qualquer categoria, natureza ou condição, celebrar contratos com a Administração direta ou indireta, por si ou como representante de terceiro, sob pena de nulidade, ressalvadas as exceções legais.

**Parágrafo único** - Não se inclui na vedação deste artigo a prestação de serviços em caráter eventual, de consultoria técnica, treinamento e aperfeiçoamento, bem como a participação em comissões examinadoras de concursos, no âmbito da Administração Pública.

Ilhéus, , \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021.

\_\_\_\_\_  
NOME/RAZÃO SOCIAL CPF/ CNPJ REPRESENTANTE LEGAL / ASSINATURA

## ANEXO VII

**Art. 81 II-** Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

**ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA**

**D.D.O - Doc. SEI 0031313026**

**ELABORADO PELA FASE INTERNA**

<b>Modalidade de Licitação</b> <b>Pregão Eletrônico</b>	<b>Número</b> <b>0031/2021</b>
--	-----------------------------------

Valor global do objeto somando os valores dos lotes I e II = R\$ **162.532,12**

DESCRIÇÃO RESUMIDA DO ITEM	QUANTIDADE DO ITEM	VALOR REFERENCIAL	
		VALOR MEDIO UNITARIO R\$	VALOR MEDIO TOTAL R\$
ITENS DO LOTE I - Total do Lote R\$ 136.413,42			
Código 70.10.09.00006562-5 SWITCH POE, deve possuir no minimo 24 (vinte e quatro) portas 10/100/1000 Base-T	25 Und	5.246,67	131.166,75
Código - 70.25.11.00028733-4 SWITCH, de 24 portas POE 10/100/1000BaseT	01 Und	5.246,67	5.246,67
ITENS DO LOTE II – Total do Lote R\$ 26.118,70			
Código - 70.25.00.00112653-9 DISCO, rigido, externo, USB 2.0, HD interno	03 Und	449,70	1.349,10
Código – 70.25.00.00161474-6 DISCO, rigido, HD externo, portatil,	06 Und	315,82	1.894,92
Código – 70.25.11.00074740-8 DiDISCO, rigido, HD externo, padrao SuperSpeed	13 Und	998,56	12.981,28
Código - 70.25.19.00106089-9 DISCO, rigido, HD externo, portatil,	22 Und	449,70	9.893,40

*Nota para cada lote: **Degradu de valor entre os lances – R\$ 5,00** ( cinco) reais  
(Nota para satisfação do art. 11 § 5º do Decreto Estadual nº 19896/2020)*

O proponente deverá elaborar a sua proposta de preços de acordo com as exigências constantes do modelo do **Anexo I**, expressando os valores em moeda nacional – reais e centavos, **em duas casas decimais**, ficando esclarecido que não será admitida proposta alternativa

